

Guiné-Bissau: o render da guarda com um novo representante especial do secretário-geral da ONU

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, nomeou o maliano Modibo Touré para o cargo de representante especial do secretário-geral (RESG) para a Guiné-Bissau e chefe do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS).¹

Touré será o oitavo RESG desde que a Guiné-Bissau, entre 1998 e 1999, mergulhou na guerra civil.² Mais importante, a escolha de Touré marca um ponto final num período de quatro anos, entre 2013 a 2016, em que foram

escolhidos dois RESG—José Ramos-Horta e Miguel Trovoada (ver quadro na página 3)—oriundos de Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A escolha de Ban Ki-moon, de certo modo, é o ponto de chegada de um processo que começou com o golpe de Estado na Guiné-Bissau em Abril de 2012. Mais importante, a escolha de Touré reflecte a perda progressiva de influência—e arriscaria dizer até um certo desinteresse circunstancial—da CPLP.

Realpolitik pura e dura, portanto, da parte de Ban Ki-moon que parece reconhecer por esta via o *statu quo* e a preponderância da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), tanto no plano político, como no terreno, com a Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB).

Naturalmente, Touré terá condições para dialogar com a CEDEAO—organização que, por sua vez, está muito longe de constituir um corpo homogéneo—que Miguel Trovoada nunca teve nos últimos dois anos. Em

1 “Secretário-geral nomeia Modibo Touré do Mali como representante especial na Guiné-Bissau” (UNIOGBIS, 5 de Maio de 2016).

2 Cito a página da UNIOGBIS: “O envolvimento da ONU na construção da paz na Guiné-Bissau remonta a esse período - 1999 - na sequência da guerra civil de onze meses entre o governo do presidente João Bernardo Vieira e uma Junta Militar liderada pelo general Ansumane Mané. Os dois líderes assinaram um acordo de paz em 1 de Novembro de 1998, em Abuja, Nigéria, que abriu o caminho para o estabelecimento de um governo de unidade nacional em 20 de Fevereiro de 1999. Na sequência do acordo, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação do Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau, UNOGBIS, em 3 de Março de 1999. A missão foi estabelecida no dia 25 de Junho de 1999”.

sentido contrário, Touré não terá a vida facilitada nas capitais dos Estados-membros da CPLP. Veremos, aliás, se (e quando) Touré visitará alguns dos Estados-membros da CPLP.

Os desafios que Touré terá à sua frente não diferirão muitos dos que enfrentou Miguel Trovoada, que teve, refira-se já agora, um desempenho muito discreto e apagado.

A Guiné-Bissau vive desde Agosto de 2015 a sua enésima crise política. Será o baptismo de fogo de Touré, logo a começar. Como ultrapassar este diferendo? Com eleições antecipadas? Como fazer o *reset*? Como colocar a Guiné-Bissau numa rota sustentável que permita as reformas—constitucional, sector de segurança, administração pública, entre outras—necessárias para que se ultrapasse, de uma vez por todas, o ciclo de violência e de instabilidade que começou em 1998? Como colocar a Guiné-Bissau num caminho de prosperidade?

Touré não terá tarefa fácil. Por alguma razão o cargo já foi ocupado anteriormente por sete RESG. Tal não lhe dá, todavia, a legitimidade para exercer um mandato sem ambição. Touré contará certamente com o apoio da CEDEAO para exercer tão eficazmente quanto possível o seu mandato. Não será, porém, o suficiente. Se verdadeiramente quiser ter êxito, Touré terá de envolver a CPLP no quadro de soluções para a Guiné-Bissau, o que passa, inevitavelmente, por rever os moldes da presença da ECOMIB e o papel da CEDEAO à luz de um mandato a reformular pelo Conselho de Segurança da ONU.

Quanto mais cedo Touré perceber que não haverá soluções duradouras para a Guiné-Bissau sem o envolvimento da CPLP melhor será para todos os actores com interesse no seu futuro. Caso contrário, resta-nos aguardar, desde já, pela nomeação do seu sucessor em 2018.

Quadro: Lista de RESG de 1999 a 2016

| | Nome do RESG | Estado (Língua Oficial) | CPLP | CEDEAO | Francophonie | Commonwealth |
|-----------|-----------------------|---------------------------------|------|--------|----------------|--------------|
| 1999-2002 | Samuel C. Nana-Sinkam | Camarões (Inglês/Francês) | | | X | X |
| 2002-2004 | David Stephen | Reino Unido (Inglês) | | | X | |
| 2004-2006 | João Bernardo Honwana | Moçambique (Português) | X | | X (Observador) | X |
| 2006-2008 | Shola Omoregie | Nigéria (Inglês) | | X | | X |
| 2009-2013 | Joseph Mutaboba | Ruanda (Inglês/Francês) | | | | X |
| 2013-2014 | José Ramos-Horta | Timor-Leste (Português) | X | | | |
| 2014-2016 | Miguel Trovoada | São Tomé e Príncipe (Português) | X | | | |
| 2016-... | Modibo Touré | Mali (Francês) | | X | X | |

IPRIS
Comentário
51

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.